

# Modelos de competição política e as eleições de 2022

---

Fernando Guarnieri  
Argelina Figueiredo

## Resumo

Em maio deste ano, escrevemos um artigo nesta revista onde, com base em modelos clássicos da Ciência Política, traçamos um cenário para a disputa eleitoral que se aproximava. A convite da Cadernos Adenauer, fizemos, neste novo artigo, uma avaliação de quão bem os modelos dos quais partimos e o cenário que deles derivam, se ajustaram à realidade. Prevíamos uma disputa entre dois blocos, um capitaneado por Bolsonaro e outro por Lula, e que essa disputa se daria em um espaço político bidimensional. Apesar das pesquisas da época apontarem um amplo favoritismo do candidato do PT, previmos que o resultado da disputa dependia da estratégia de posicionamento dos candidatos neste espaço político. As previsões se ajustaram bem aos fatos. Essas eleições foram mais uma evidência a favor dos modelos *duvergeriano* e *downsiano*. Por fim, talvez com inadvertido otimismo, traçamos algumas considerações sobre o futuro do governo Lula.

## Abstract

In May of this year we wrote an article in this journal where, based on classic models of Political Science, we outlined a scenario for the upcoming electoral dispute. Invited by Cadernos Adenauer, in this new ar-

ticle we have made an evaluation of how well the models from which we started and the scenario derived from them, fit reality. We predicted a dispute between two blocks, one led by Bolsonaro and the other by Lula, and that this dispute would take place in a two-dimensional political space. Although the polls at the time indicated a broad favoritism of the PT candidate, we predicted that the outcome of the dispute depended on the candidates' positioning strategy in this political space. The predictions fit the facts well. These elections were further evidence in favor of the Duvergerian and Downsian models. Finally, perhaps with inadvertent optimism, we outlined some considerations about the future of the Lula government.

## Introdução

**E**m maio deste ano escrevemos um artigo (Guarnieri e Figueiredo, 2022) onde, a partir de modelos clássicos da Ciência Política, prevíamos a configuração de forças em torno da qual se dariam as eleições de 2022, como foco na disputa pela presidência. Nosso argumento era simples. O espaço político brasileiro havia se tornado bidimensional. A dimensão sociocultural, que agrega temas como identidade de gênero, igualdade racial, “lei e ordem”, entre outros, passou a ter o mesmo peso que a dimensão econômica, que havia balizado a competição nas eleições presidenciais durante as décadas de 1990 e 2000. O resultado da eleição em 2022 dependia do posicionamento dos candidatos nesse “novo” espaço da política.

Naquele artigo, mostramos que, em um primeiro momento, a introdução de uma nova dimensão favoreceu Bolsonaro nas eleições, mas, no governo, logo fez com que ele entrasse em conflito com um legislativo institucionalmente unidimensional. Isso levou ao isolamento do presidente que, após tentativas fracassadas de governar por decreto, capitula e cede o governo ao chamado “centrão”.

As idas e vindas de Bolsonaro acabaram por cindir a direita em quatro blocos: a *direita liberal* (União Brasil, MDB, PSDB), a *direita antissiste-*

ma (com base em movimentos como MBL, Vem pra Rua etc.), a *direita pragmática* (o “centrão”) e a *direita radical* (o “*bolsonarismo raiz*”). As direitas radical e pragmática se juntam quando Bolsonaro se filia ao PL, já as direitas antissistema e liberal tentaram e, como previmos, não conseguiriam se unir para formar uma “terceira via”.

Diante destas divisões, dissemos que o cenário seria “de polarização entre PT e Bolsonaro”, que era “em torno deles que as alianças estaduais estão sendo traçadas e é alta a probabilidade de que um dos dois venha a ocupar a presidência em 2023”. Também prevíamos que, “apesar da cláusula de barreira, a fragmentação partidária no legislativo deve continuar alta o suficiente para que o partido do presidente tenha que recorrer a coalizões que se darão em um sistema partidário não muito diferente do que temos hoje” (Guarnieri e Figueiredo, 2022:11).

No momento em que fizemos essas “previsões”, Lula contava com mais de 45% das intenções de voto e Bolsonaro pouco mais de 30%. Prever que um dos dois estaria na presidência em 2023 não parece um feito tão admirável. No entanto, reivindicamos o mérito de ter derivado essas conclusões do casamento das evidências empíricas com modelos clássicos da Ciência Política. Partindo do modelo espacial do voto, defendemos que o sistema eleitoral levaria à coordenação em torno de apenas dois blocos, que não haveria lugar para uma terceira via e que, dependendo do posicionamento de Lula e Bolsonaro no espaço político, agora bidimensional, as direitas liberais e antissistema penderiam para um ou outro, determinando o resultado das eleições.

Mais do que apontar um vencedor, procuramos explicar a dinâmica da competição eleitoral. Segundo nosso “modelo”, o resultado das eleições dependia do posicionamento dos candidatos em um espaço político bidimensional. Não dávamos como garantida a vitória de Lula. Ela dependeria de sua capacidade em realçar a dimensão econômica da disputa, ao mesmo tempo em que se posicionasse adequadamente na dimensão sociocultural. Tampouco achávamos que Bolsonaro estava desidratado. Sua estratégia deveria espelhar aquela de seu desafiante: diminuir a relevância da pauta econômica, salientando a pauta de cos-

tumes, atraindo ao mesmo tempo, o apoio dos eleitores comprimidos no centro do espectro ideológico.

Quanto às eleições para o legislativo nacional, que por se darem sob representação proporcional são muito mais complexas, o máximo que podíamos prever era que, dado o número elevado de vagas disputadas nos estados e dado o tamanho da Câmara dos Deputados e do Senado, teríamos um cenário de fragmentação, mesmo com o fim das coligações e com a cláusula de barreira. Uma fragmentação certamente menor do que em períodos anteriores, mas o suficiente para forçar a necessidade de um governo “da coalizão” (Freitas, 2016).

Nas próximas páginas procuramos verificar o quanto nosso modelo se ajustou às evidências empíricas. Em outras palavras, tendo como base os principais temas e eventos da campanha, vamos mostrar que essas eleições, mais uma vez, se deram em um espaço bidimensional. Mostraremos como os candidatos se posicionaram neste espaço e como esses posicionamentos se refletiram nas pesquisas eleitorais. Trata-se de um esforço de caráter mais especulativo do que um teste rigoroso, mas acreditamos que as correspondências encontradas corroboram nosso argumento.

O texto se desenvolverá da seguinte maneira. Na próxima seção faremos uma retrospectiva da disputa eleitoral. Na terceira seção veremos quão bem nosso modelo se ajustou aos acontecimentos narrados. Na quarta seção procuramos entender o que essa dinâmica eleitoral implica, em termos de formação de governo e de possíveis políticas. Nas considerações finais faremos um resumo do que aprendemos com essas eleições e do que elas nos dizem sobre a dinâmica da competição política.

## As eleições de 2022

A disputa eleitoral começou, de fato, em julho de 2022, com as convenções partidárias definindo as listas de candidatos. Ao todo foram registradas 11 candidaturas, pouco menos que as 13 candidaturas de

2018, indicando que alguns partidos ainda esperavam romper a polarização entre Lula e Bolsonaro que já lideravam as pesquisas de intenção de voto.

As convenções partidárias são o corolário do que se entende por coordenação pré-eleitoral. É o momento em que elites políticas avaliam a probabilidade de sucesso das diversas candidaturas e alocam apoios e recursos àquelas com maior retorno esperado (Cox, 1997). Numa federação, como o Brasil, essa coordenação se dá nos diversos níveis e entre estes níveis. Os partidos decidem a entrada e negociam a saída das disputas conforme esses cálculos. Uma coordenação pré-eleitoral bem feita explica boa parte do sucesso eleitoral.

Os líderes das pesquisas, Lula e Bolsonaro, foram lançados pelo PT e PL respectivamente. Alguns partidos apostam nessas candidaturas. PP e Republicanos decidiram apoiar Bolsonaro. PSB, a federação do PSOL e REDE e outros partidos menores apoiaram Lula. Um dos fatos mais marcantes deste início da disputa foi a indicação, pelo PSB, de Geraldo Alckmin, antiga liderança tucana, para vice na chapa de Lula, fato esse ao qual voltaremos mais à frente.

Outros partidos, ou por enfrentar dificuldades em tomar uma decisão consensual, ou por acreditar que poderiam virar o jogo lançaram candidatos. O primeiro partido a realizar convenção foi o PDT que lançou Ciro Gomes. O MDB realizou sua convenção no mesmo dia que o PSDB, lançando a senadora emedebista Simone Tebet como candidata a presidente e a senadora tucana Mara Gabrilli como candidata a vice. O União Brasil lança a candidatura da senadora Soraya Thronicke e o Novo a candidatura de Felipe D'Ávila. Outro partido com mais de dez deputados, o PSD, decidiu pela neutralidade o que significava que seus candidatos nos estados estavam livres para apoiar Lula ou Bolsonaro<sup>1</sup>.

---

1 Outros cinco candidatos foram lançados por pequenos partidos (com menos de 10 deputados federais): Constituinte Eymael (DC), Leo Péricles (UP), Padre Kelmon (PTB), Sofia Manzano (PCB), Vera (PSTU).

Na ocasião do lançamento de suas candidaturas, Ciro Gomes aparecia com 7% das intenções de voto, Tebet, com 2% e os demais não pontuaram, segundo o instituto Datafolha<sup>2</sup>. Enquanto a candidatura de Ciro se deu sem muitos percalços<sup>3</sup>, o lançamento da candidatura de Tebet rachou o MDB, com 11 estados propondo o apoio a Lula e ameaçando judicializar a disputa<sup>4</sup>. A candidatura do União Brasil também foi marcada por conflitos. Inicialmente ensaiou-se o lançamento do ex-juiz e ex-ministro Sérgio Moro, mas diante da resistência de setores do partido que preferiam ter mais liberdade para apoiar um dos líderes na pesquisa, decidiu-se pelo lançamento de Soraya Thronicke.

Com todas as peças no tabuleiro e após o início da propaganda no rádio e na televisão, tivemos o primeiro debate entre os candidatos. Este debate foi marcado pelo ataque pessoal entre os principais contendores. Em meio aos ataques pessoais, a pauta econômica dominou as perguntas que candidatos poderiam fazer a outros candidatos. A pauta de costumes apareceu apenas nas trocas de insultos, onde acusações de corrupção alimentavam os ataques, e no episódio do ataque de Bolsonaro à jornalista Vera Magalhães<sup>5</sup> que trouxe à tona a questão da desigualdade de gênero.

Na propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV, os primeiros comerciais foram dominados pela pauta econômica. Bolsonaro focou seu programa de transferência de renda, o Auxílio Brasil, Lula mirou o aumento da pobreza e lembrou dos programas de seu governo para combatê-la. Thronicke e D'Ávila também enfatizaram medidas econômicas, como reforma tributária e desregulamentação.

---

2 Datafolha: “Lula tem 47%; Bolsonaro, 32%; Ciro, 7%; Tebet, 2%”.

3 Ciro chegou a ameaçar renunciar à sua candidatura se seu partido apoiasse a PEC dos precatórios.

4 <https://www.poder360.com.br/eleicoes/sob-ameaca-de-judicializacao-mdb-transmitira-convencao-ao-vivo/>

5 Bolsonaro ao comentar sobre uma pergunta sobre a covid feita pela jornalista ao candidato Ciro Gomes (PDT), chamou-a de “vergonha para o jornalismo” e disse “você deve dormir pensando em mim”.

Em paralelo à campanha moderada nos meios tradicionais, nas redes sociais os candidatos se exaltavam em torno da pauta de costumes. Acusações de corrupção, notícias falsas sobre o fechamento de igrejas, associação dos candidatos a grupos criminosos são alguns dos temas que mobilizaram *influencers* e seus seguidores.

Durante o primeiro turno as posições nas pesquisas pouco se alteraram. Em agosto, no início da campanha, Lula e Bolsonaro, somavam 79% dos votos, que, somados a 8% dos que não sabiam em quem votar ou não pretendiam votar, deixava apenas 13% para os candidatos da terceira via. No final de setembro, às vésperas do primeiro turno, Lula e Bolsonaro tinham, juntos, 82% das intenções de voto, e a terceira via continuava somando 13%<sup>6</sup>.

O resultado do primeiro turno das eleições revelou um espaço ainda menor para a terceira via. Lula obteve 48,43% dos votos e Bolsonaro 43,20%, somando aproximadamente 92% dos votos válidos. Ciro, que chegou a contar com 10% das intenções de votos e ocupava a terceira colocação, terminou em quarto lugar com 3%, um ponto percentual a menos do que Simone Tebet.

No segundo turno, Lula, que esteve muito próximo de ganhar no primeiro turno, angariou apoios importantes que iam desde a candidata do MDB, Simone Tebet, até seu antigo adversário, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Formou-se assim uma frente ampla, multipartidária, catalisada por episódios de violência política por parte de simpatizantes de Bolsonaro<sup>7</sup> e pelos arroubos autoritários do mandatário<sup>8</sup>.

---

6 Datafolha: “Lula tem 47%; Bolsonaro, 32%; Ciro, 7%; Tebet, 2%” e “Datafolha: Lula tem 50% dos votos válidos e Bolsonaro, 36%”.

7 <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/partidos-coligados-a-lula-sao-principais-vitimas-de-violencia-politica/> e <https://apublica.org/2022/10/exclusivo-eleicao-teve-6-assassinatos-e-ao-menos-3-casos-de-violencia-por-dia/>.

8 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/a-espera-de-tebet-lula-recebe-apoio-de-fhc-e-helder-bolsonaro-de-ibaneis-e-ratinho-junior/>

Bolsonaro, que obteve uma votação superior àquela prevista pelas pesquisas eleitorais e viu vários de seus aliados nos estados também recebendo expressivas votações. No segundo turno, privilegiou sua base eleitoral e deu maior saliência à pauta dos costumes trazendo para sua propaganda de televisão e para as redes sociais temas polêmicos como o aborto, religião, drogas e comportamento sexual<sup>9</sup>.

Episódios como declarações do presidente sobre meninas venezuelanas, quando ele encontrou adolescentes na faixa dos 14 anos e disse que “pintou um clima”, ou a troca de tiros de Roberto Jefferson, alinhado a Bolsonaro, com a polícia federal ou, ainda, a cena de Carla Zambelli, deputada federal bolsonarista, correndo atrás de um jovem negro com arma em punho, refletiram um final de campanha totalmente dominado pela campanha negativa e por um grande esforço do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para evitá-la.

Apesar da frente ampla em torno de Lula e apesar dos escândalos nas hostes bolsonaristas, a maior parte<sup>10</sup> dos eleitores que votaram nos candidatos derrotados no primeiro turno decidiram votar no atual presidente. A eleição presidencial terminou com a menor diferença no percentual de votos entre candidatos desde 1989. Lula obteve 50,90% dos votos e Bolsonaro 49,10%.

Nos estados, onze partidos diferentes elegeram governadores. Os partidos que apoiaram Lula elegeram sete governadores e a base bolsonarista, seis. Nove partidos elegeram senadores, sendo treze do PL, PP e Republicanos, e cinco do PT e PSB. Dezenove partidos elegeram deputados federais. O PL, de Bolsonaro, fez a maior bancada com 99 deputados, seguido pela federação encabeçada pelo PT, de Lula, com

---

9 [https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/23/pautas-de-costume-segundo-  
turno-lula-bolsonaro.htm](https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/23/pautas-de-costume-segundo-turno-lula-bolsonaro.htm)

10 No segundo turno, Lula aumentou sua votação em 2,47 pontos percentuais com relação ao primeiro turno. Já Bolsonaro teve um aumento de 5,7 pontos percentuais. Levando em conta que a quantia de votos brancos e nulos oscilou apenas 0,18%, pelo menos 70% dos eleitores que votaram em outros candidatos no primeiro turno, votaram em Bolsonaro no segundo turno.

80. No cômputo geral, partidos aliados a Bolsonaro têm a maioria na câmara baixa, com 189 deputados e a base de apoio de Lula contaria, hoje, com 137.

## Como nossas previsões se ajustaram aos dados?

Parte de nossas “previsões” quanto à dinâmica das eleições foram derivadas da chamada Lei de Duverger (Duverger, 1980[1951]), segundo a qual sistemas eleitorais majoritários tenderiam a reduzir o número de partidos. Mais precisamente, seguindo o limite estabelecido por Gary Cox (1997), prevíamos que nas eleições não teríamos mais do que três candidatos viáveis, isto é, não mais do que o número de vagas em disputa no primeiro turno mais um ( $M+1$ ).

A lógica de Duverger e de Cox é simples. Como apenas dois candidatos passam para o segundo turno, eleitores de candidatos que aparecem atrás nas pesquisas tenderiam a abandonar esses candidatos para garantir a eleição da opção mais próxima à sua preferência, no que chamamos de coordenação eleitoral. Políticos, antecipando essa ação estratégica dos eleitores, não entrariam na disputa no que chamamos de coordenação pré-eleitoral.

De fato, dos 12 partidos com bancadas com mais de 10 deputados na Câmara, seis decidiram apoiar os candidatos que estavam na liderança das pesquisas. Tirando PT e PL, apenas quatro partidos “sem chances” lançaram candidaturas: PDT, MDB, União Brasil e Novo.

Seguindo o modelo de Duverger-Cox, os partidos que não foram capazes de coordenar no momento pré-eleitoral seriam abandonados pelos eleitores que migrariam para partidos mais viáveis. De fato, é o que ocorreu. O Quadro 1 mostra que isso é recorrente nas eleições presidenciais brasileiras, isto é, os eleitores concentram seus votos nos dois primeiros colocados, mesmo com a perspectiva de um segundo turno.

O quadro 1 mostra que apenas em 1989 os dois primeiros colocados somaram menos do que 50% dos votos. Nas demais eleições, os dois primeiros colocados concentraram, em média, 77% dos votos,

o que está de acordo com nosso modelo. Isso ocorre, por um lado, porque a coordenação pré-eleitoral costuma ser bem-sucedida, como em 2006 quando, dos partidos com representação robusta na Câmara, apenas o PDT lançou candidato e Heloísa Helena, do recém criado PSOL, ficou na terceira colocação com 7% dos votos. Por outro lado, como ocorreu nas eleições deste ano, a concentração também ocorre porque os eleitores votam estrategicamente, abandonando candidatos sem viabilidade.

#### QUADRO 1. Proporção de votos nos dois primeiros colocados no primeiro turno nas eleições de 1989 a 2022

Eleição	1º Colocado (%)	2º Colocado (%)	Soma dos dois primeiros (%)
1989	30,48	17,19	47,67
1994	54,24	27,07	81,31
1998	53,06	31,70	84,76
2002	46,44	23,20	69,64
2006	48,61	41,64	90,25
2010	46,91	32,61	79,52
2014	41,59	33,55	75,14
2018	46,03	29,28	75,31
2022	48,43	43,20	91,63

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

O apelo à coordenação eleitoral, também conhecida como “voto útil”, faz parte das estratégias de campanha. Na atual disputa Lula apelou para que os eleitores de Ciro, Tebet e Thronicke abandonassem seus candidatos e o apoiassem em uma grande ofensiva nas redes sociais e em sua propaganda na televisão<sup>11</sup>.

Com exceção de 1989, em todas as outras eleições os candidatos que passaram para o segundo turno já eram conhecidos no início da cam-

11 <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/09/5038568-campanha-pe-lo-voto-util-ganha-folego-e-ciro-e-tebet-reagem.html>

panha eleitoral no rádio e televisão. Todas as tentativas de reverter esse quadro foram malsucedidas. Os resultados eleitorais da eleição presidencial de 2022 somam-se, assim, às evidências da vigência da Lei de Duverger nas eleições brasileiras (Guarnieri, 2015).

Outro modelo em que apoiamos nossas previsões é o modelo de competição política proposto por Anthony Downs (1999[1957]). Também muito simples, esse modelo vaticina que dois partidos competindo em um sistema majoritário unidimensional, isto é, onde um tema domina as eleições, tendem a apresentar um programa próximo à preferência do eleitor mediano. Quando as preferências dos eleitores se concentram no centro do espaço político, as propostas dos candidatos convergem para o mesmo ponto e são moderadas.

Em Downs o modelo é unidimensional, mas ele pode ser estendido para espaços com mais de uma dimensão (Hinich e Munger, 1997). É o que propomos em nosso artigo anterior. Argumentamos que Bolsonaro venceu em 2018 por ter dado saliência à dimensão sociocultural, à “pauta dos costumes” ao mesmo tempo em que mantinha saliente a dimensão econômica, tornando a disputa bidimensional, mas altamente correlacionada (Guarnieri e Figueiredo, 2022).

Até as eleições de 2018 a dimensão econômica havia dominado a disputa. Em 1994 e 1998 tratava-se da estabilidade monetária e da defesa do Plano Real. Em 2002 e 2006 o tema era o combate à miséria. Nas eleições de 2010 e 2014 o debate se deu em torno do desenvolvimentismo. Todas essas eleições foram dominadas por dois partidos, PT e PSDB, que tinham posições claras e antagônicas quanto à condução da economia. Sobrava pouco espaço para uma terceira via.

Em 2018 o PT estava, mais uma vez, em um polo, mas desta vez a questão não era só sua condução da economia. O impedimento da presidente Dilma e a prisão de Lula fez com que o tema da corrupção fosse explorado pelos seus adversários. Mas o combate à corrupção não forma uma dimensão. Ninguém é a favor da corrupção. Bolsonaro, embora também ancorado no discurso anticorrupção, procura antagonizar com o PT na pauta dos costumes.

Apelando para o conservadorismo do eleitor brasileiro (Singer, 1999) e abusando das *fake-news*, Bolsonaro se assume de direita e coloca a disputa em termos de um projeto de país onde o desenvolvimento se daria pela retirada do Estado da economia e pela retomada dos valores cristãos. No discurso bolsonarista, as duas coisas estariam ligadas. O país só iria se desenvolver se o indivíduo tivesse liberdade para produzir sem amarras burocráticas e se conduzisse em conformidade com a disciplina religiosa. É uma versão burlesca da “Ética protestante e o espírito do Capitalismo” de weberiana Weber?, mas que encontrava forte ressonância em um amplo segmento da sociedade.

Para Bolsonaro e seus aliados, o outro lado, a esquerda, capitaneada pelo PT, defenderia um Estado castrador e ineficiente, e a adoção de políticas que recompensavam comportamentos desviantes que levariam à ruptura do tecido social e à aniquilação das forças produtivas. Condenavam todas as políticas dos governos petistas de combate às desigualdades de gênero e raça, assim como a política industrial e de investimentos que teria levado às crises sociais de 2013 e econômica de 2015-2016. Desse modo criavam um novo contínuum, em um espaço bidimensional, onde o PT ocuparia um extremo e ele, de forma isolada, ocuparia a extremidade oposta.

Prevíamos que o desempenho dos dois candidatos dependia do posicionamento neste espaço político. Uma estratégia possível seria tentar diminuir a saliência da dimensão sociocultural. No início do primeiro turno parecia que, de fato, a dimensão econômica seria predominante. Temas como inflação, desemprego e miséria dominaram o debate. A perspectiva era a de que o eleitor faria o chamado “voto econômico” responsabilizando o governo pelo mal desempenho econômico (Campello e Zucco, 2020, Veiga e Ross, 2017).

A equipe de Bolsonaro também parecia acreditar que o desempenho do candidato abaixo do esperado se deveria ao desempenho da economia. Para fazer frente a isso o governo apoiou uma PEC que diminuía a taxaço sobre a comercializaço de combustíveis, que estava pressionando a inflaço e criando o Auxílio Brasil com o valor de R\$ 600,00.

Neste início de campanha havia a impressão de que Bolsonaro evitava a “pauta de costumes” para tentar “furar sua bolha”. Isto é, procurava adotar um tom mais moderado para atrair mais apoios.

Contudo, já no último debate do primeiro turno, realizado na rede Globo, Bolsonaro muda o tom da campanha e, em uma “dobradinha” com o candidato Padre Kelman, do PTB, usa temas como aborto, religião e corrupção para atacar Lula. Diante de sua estagnação nas pesquisas, Bolsonaro havia decidido a partir para o “tudo ou nada”<sup>12</sup>.

Os resultados do primeiro turno, mais favoráveis a Bolsonaro do que o esperado, fizeram que sua campanha voltasse a dar ênfase à dimensão sociocultural. Parecia que a mudança de estratégia havia dado certo e, no segundo turno, Bolsonaro dobrou a aposta realizando boa parte de seus comícios em cultos evangélicos e atacando Lula com *fake-news* como a de que seu opositor fecharia igrejas.

Os ataques Bolsonaroistas fizeram com que Lula também se posicionasse na dimensão sociocultural, reafirmando sua fé cristã e sua posição pessoal contrária ao aborto. A saliência desta dimensão se torna explícita quando o petista escreve uma carta aos evangélicos. Nela ele desmente que fecharia igrejas e se compromete com os “valores da família”<sup>13</sup>.

Se no começo da campanha nossa hipótese de que havia duas dimensões na política parecia não corresponder aos fatos, com o passar do tempo ficou cada vez mais claro que, com Bolsonaro, o espaço político brasileiro se tornou bidimensional. Desta vez, no entanto, os eleitores de centro-direita, assustados com o radicalismo e as posições antidemocráticas do presidente, decidiram apoiar Lula. Foi esse apoio que, no final, deu a apertada vitória a Lula.

As teorias de Duverger e Downs, clássicas da ciência política, que explicam com sucesso as eleições acima da linha do Equador, explicam

---

12 <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/a-reuniao-que-definiu-o-tudo-ou-nada-de-bolsonaro-no-debate-da-globo>

13 <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/23/pautas-de-costume-segundo-turno-lula-bolsonaro.htm>

também as eleições presidenciais brasileiras. As respostas dos partidos e dos eleitores aos efeitos das regras eleitorais definem uma eleição. Essa eleição foi exemplar nesse sentido.

## A nova configuração do Congresso e o futuro governo Lula

As regras que regem as eleições proporcionais para o legislativo não geram os mesmos incentivos aos políticos (Cox, 1997). Isto quer dizer que não há como prever um equilíbrio, pois o número de competidores possíveis é alto, assim como é alta a dimensionalidade do espaço político.

Apesar disso, a teoria pode nos dar alguma luz. Trabalhos como o de Taagepera (2007) estabelecem um valor esperado para o número efetivo de partidos nas disputas para o legislativo. Esse número seria proporcional ao número de vagas em disputa em cada distrito e o número de cadeiras em uma assembleia<sup>14</sup>. No caso da Câmara dos Deputados o número efetivo de partidos esperado seria de seis.

O fato de o Brasil ter apresentado desde os anos 1990, um número bem superior a este é explicado pela presença, até esta eleição, das coligações eleitorais (Krause e Schmitt, 2005; Miguel e Assis, 2015; Calvo et al, 2015; Borges, 2019). Com o fim das coligações eleitorais e com base em nossa análise sobre a disputa presidencial o máximo que poderíamos prever, com relação à disputa por uma vaga na Câmara dos Deputados, era que a fragmentação diminuiria, ficando em torno daquele número efetivo de seis partidos, e que haveriam dois pólos, um dominado pelo PT e outro pelo PL. Sem surpresas foi isso que, de fato, ocorreu e contamos hoje com um número efetivo de partidos pouco maior que 9.

---

14 O número é calculado utilizando o “*produto de cadeiras*” (*seat product*), dado por  $Np = (MS)^{1/6}$ , onde  $N$ sp é o número efetivo de partidos na assembleia,  $M$  a magnitude do distrito e  $S$  o número de assentos na assembleia.

O primeiro desafio do novo governo é formar seu gabinete. Lula, enfrentará uma oposição forte, radical e que nem sempre joga “nas quatro linhas”. O centro, crucial na formação de governos de coalizão, foi esvaziado. Os novos partidos, fundidos em função da cláusula de barreira e da proibição de coligações, estão fragmentados. O número de partidos diminuiu, mas a fragmentação interna aumentou. A questão que se impõe é se haverá apoio sustentável ao novo governo.

Acreditamos que Lula tem todas as condições de angariar esses apoios. Seu principal ativo é ele mesmo. Como ficou demonstrado na construção e sucesso da frente em defesa da democracia, Lula é a única liderança política capaz de aglutinar apoio partidário para dar início ao processo de reconstrução do país. Por outro lado, partidos se vinculam ao seu eleitorado em torno de políticas públicas. Políticas de educação, saúde, meio ambiente etc. Ocupar um cargo ministerial pode gerar retornos eleitorais positivos.

No começo do governo Bolsonaro, o Congresso freou a pauta dos costumes que, apesar de estar no *combo* vitorioso nas urnas, individualmente não contava com o apoio da maioria da população. Buscando romper essa resistência, o presidente apoiou manifestações antidemocráticas que, nesta época, tinham como alvo os presidentes da Câmara e do Senado. Portanto o início do governo Bolsonaro foi marcado pelo conflito entre poderes.

Mesmo enfrentando um Executivo avesso ao diálogo, o Legislativo procurou cooperar. O presidente da Câmara conduziu as negociações em torno da Reforma da Previdência, um dos principais projetos do governo. Isso foi uma demonstração de que o Congresso não é formado apenas por aves de rapina que trocam votos pelas benesses do poder. Emendas impositivas, emendas do relator e outros dispositivos, só surgiram porque tivemos um presidente que abriu mão de fazer política e de governar.

Lula é um político habilidoso. Foi eleito em um movimento suprapartidário só visto em governos como de Itamar Franco e Michel Temer, governos que sucederam momentos de grave crise política. Esses

governos, para o bem ou para o mal, conseguiram implementar reformas que dificilmente seriam aprovadas em períodos de normalidade. Portanto, acreditamos que, mesmo com a oposição bolsonarista, Lula tem toda a capacidade de fazer um governo com grandes avanços.

Talvez estejamos nos deixando contagiar pela enorme corrente de esperança que tomou conta do país nos últimos meses e nosso otimismo pode ser fruto de alguma ingenuidade. Esse será o último mandato de Lula. Em breve as lideranças políticas que hoje estão juntas começarão a se digladiar visando a sucessão. Esse cenário torna tudo muito mais complicado e muito mais difícil. Mas até lá nos permitam aproveitar essa sensação rara de alívio.

## Bibliografia

CALVO, Ernesto; GUARNIERI, Fernando; LIMONGI, Fernando. Why coalitions? Party system fragmentation, small party bias, and preferential vote in Brazil. **Electoral Studies**, v. 39, p. 219-229, 2015.

CAMPELLO, D., & ZUCCO, C. **The volatility curse**: Exogenous shocks and representation in resource-rich democracies. Cambridge University Press, 2020.

COX, Gary W. **Making votes count**: strategic coordination in the world's electoral systems. Cambridge University Press, 1997.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia: São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos políticos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: UnB, 1980.

GUARNIERI, Fernando. Voto estratégico e coordenação eleitoral testando a Lei de Duverger no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, p. 77-92, 2015.

GUARNIERI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. O Governo Bolsonaro e a Conjuntura Política Pré-Eleitoral. **Cadernos Adenauer**, xxiii, nº1 Eleições 2022: expectativas e perspectivas Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, , p. 9-31, maio 2022.

HINICH, Melvin J. et al. **Analytical politics**. Cambridge University Press, 1997.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (Ed.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Unesp, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe; ASSIS, Pedro Paulo Ferreira Bispo de. Coligações eleitorais e fragmentação das bancadas parlamentares no Brasil: simulações a partir das eleições de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 29-46, 2016.

SINGER, André. Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Edusp, 1999.

TAAGEPERA, R. **Predicting party sizes**: The logic of simple electoral systems. OUP Oxford, 2007.

VEIGA, L. F., & ROSS, S. D. Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014. **Opinião Pública**, 22, 524-549, 2017.

---

**Fernando Guarnieri**, cientista político, é professor-associado do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Possui doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2009), atuou como pesquisador no Centro de Estudos da Metrópole (CEM), no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e como pesquisador visitante na Universidade de Maryland.

**Argelina Figueiredo** é professora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ) e pesquisadora sênior do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Faz pesquisas sobre instituições políticas, coalizões de governo e relações executivo legislativo, eleições e políticas públicas. É autora, dentre outros livros, de *Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993) e, com Fernando Limongi, de *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional* (RJ/SP, Editora FGV/Fapesp) (e-mail: argelina@iesp.uerj.br)